

O Ensino de Política Educacional nas Universidades Federais do Nordeste Brasileiro: Organização e Coordenação do Trabalho Educativo

Marli Clementino Gonçalves – Universidade Federal do Piauí –
marliclementino@yahoo.com.br

Maria Clara de Sousa Costa – Universidade Federal do Piauí –
mcsousa.co@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo geral analisar o ensino em Política Educacional nos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Federais das capitais do Nordeste brasileiro, com enfoque principal no componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. Como objetivos específicos, procurou-se analisar os Projetos Político Pedagógicos dos cursos, assim como os planos das disciplinas relacionadas ao Componente Curricular Organização e Coordenação do Trabalho Educativo, considerando: nomenclatura, carga horária, objetivos, ementa e bibliografia; relacionar com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores. Destarte estas questões centrais, a pesquisa buscou explicitar os aspectos metodológicos, e as principais referências acadêmicas que orientam o ensino do componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. Para a realização deste trabalho, tomamos como referencial teórico os estudos de Aguiar & Azevedo (2001); Mainardes (2009); Azevedo (1997); Stremel (2014); Calado (2004-2005); Sá-Silva & Almeda & Guindani (2009); Chechinell (2016), dentre outros. Esta pesquisa apresenta caráter qualitativo, tendo como metodologia central de coleta de dados a análise documental. Diante do que foi discutido, levanta-se o questionamento quanto a que ponto o ensino da área de política educacional dentro dos cursos de Pedagogia tem exercido um papel formativo comprometido com preparação de sujeitos ativos e críticos, e não somente reproduzindo o que já vem sendo discutindo ao longo da constituição desse campo de estudo. Considera-se pertinente esses e outros questionamento para a contribuição do desenvolvimento da área, assim como, fortalecimento da mesma no cenário acadêmico.

Palavras-Chave: Política Educacional. Organização Escolar. Ensino.

Introdução

Este trabalho pôs em análise a Política Educacional nos cursos de Licenciatura em Pedagogia do Nordeste brasileiro, em especial o Componente Curricular Organização e Coordenação do Trabalho Educativo como um dos eixos importantes para a apreensão das questões epistemológicas e metodológicas dessa área no Brasil. A presente pesquisa está vinculada à Pesquisa Nacional intitulada: Questões epistemológicas e metodológicas da produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil (2000-2010); que, posteriormente, desmembrou-se em um projeto local chamado: Questões epistemológicas e metodológicas da produção acadêmica em políticas

educacionais no Brasil (2000-2010): gestão e financiamento da educação. O projeto foi realizado no período de maio/2015 a maio/2018 e teve como coordenadora geral Márcia Aparecida Jacomini (UNIFESP) e coordenadora local Rosana Evangelista Cruz (UFPI).

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o ensino de Política Educacional nos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Federais das capitais do Nordeste brasileiro, em específico o componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. Para a realização deste trabalho, tomamos como referencial teórico os estudos de Aguiar & Azevedo (2001); Mainardes (2009); Azevedo (1997); Stremel (2014); Calado (2004-2005); Sá-Silva & Almeda & Guindani (2009); Chechinell (2016), dentre outros.

Como objetivos específicos, procurou-se analisar nos Projetos Político Pedagógicos do curso de Pedagogia das Universidades Federais das capitais do Nordeste brasileiro, assim como os planos das disciplinas do Componente Curricular Organização e Coordenação do Trabalho Educativo, considerando: nomenclatura, carga horária, objetivos, ementa e bibliografia; relacionar com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores.

Destarte estas questões centrais, a pesquisa buscou explicitar os aspectos metodológicos e as principais referências acadêmicas que orientam ensino do componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. O enfoque dado ao presente estudo se justifica pela centralidade que as questões epistemológicas têm na conformação do campo de pesquisa em Políticas Educacionais, tendo em vista o seu reconhecimento por pares, mas também por agentes externos à academia, bem como os sentidos dos saberes produzidos.

Esta pesquisa apresenta caráter qualitativo, tendo como metodologia central a análise documental. Dentre os diversos métodos de recolha de dados que podem ser usados na pesquisa qualitativa, optamos pela análise documental, uma vez que a mesma atende de forma eficaz aos objetivos desta pesquisa.

Procedimentos de coleta de dados

Esta pesquisa é qualitativa, tendo como estratégia central de coleta de dados a análise de documentos. A análise documental baseia-se na seleção, análise e

apresentação de dados a partir de documentos. Documentos são impressões deixadas num objeto físico por um ser humano e pode apresentar-se sob a forma de fotografias, de filmes [...] impressa (a forma mais comum), entre outras (CALADO, 2004-2005). Cellard (2008, p.296) complementa que documento é “tudo que é vestígio do passado, tudo que de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”. O uso de documentos para pesquisa traz uma riqueza de informações, já que elas podem ser utilizadas em várias áreas de ciência humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A escolha do instrumento metodológico de análise de documentos se deu de acordo com a natureza da pesquisa e o referencial teórico utilizado. Encontramos algumas vantagens, que aqui se fizeram necessárias à pesquisa, como baixo custo para aquisição das informações, a possibilidade de informações passadas e não observadas ou assistidas, e ainda evitar a utilização de recursos que possam vir a ser abusivos. A principal diferença entre a análise documental e bibliográfica diz respeito à natureza das fontes. Quanto à natureza, os documentos podem denotar sentidos diferentes, de acordo inclusive, com sua fonte e conhecimento do leitor (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Na área da Educação, tem-se variadas fontes documentais. Para a realização desta pesquisa foram analisados os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Federais das capitais do Nordeste brasileiro. Foram feitos o levantamento e estudos dos PPPs do curso de Pedagogia das Universidades, bem como dos planos de disciplinas relacionadas ao componente curricular Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. A sistematização do material envolveu os seguintes dados: nomenclatura, carga horária, ementário e bibliografia. Após a coleta das referências também foi realizado uma síntese das mesmas, informando o número de vezes que aparecem cada referência.

Foram utilizados como campo de coleta e análise de dados as Universidades Federais das capitais dos estados do nordeste brasileiro, que são: Universidade Federal do Piauí – UFPI, Universidade Federal do Maranhã – UFMA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Federal do Pernambuco – UFPE,

Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal de Alagoas – UFAL; com exceção da Universidade Federal do Sergipe que não oferece o curso de Pedagogia em seu campus central localizado na capital do estado, portanto, optamos por utilizar como referência para essa Universidade, o Campus São Cristóvão, pela sua relevância no cenário regional e nível de desenvolvimento.

O ensino de Política Educacional nos cursos de Licenciatura em Pedagogia

O ensino de política educacional nos cursos de Licenciatura em Pedagogia é um desafio, considerando a complexidade do processo educativo, bem como, a área específica de atuação desses profissionais nos anos iniciais e na gestão da educação. Para Moreira & Lulianelli (2017) a inclusão dessa área na formação inicial de professores, para além de sua participação como executores, permitiria seu envolvimento como cidadãos ativos, atuando de forma autônoma em sua formulação e controle. No contexto das reformas que têm caracterizado o cenário brasileiro nos últimos tempos, o ensino de Política Educacional assume papel determinante na construção, ou não, de uma sociedade mais democrática.

Quanto aos parâmetros legais, a resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP Nº1, de 15 de maio de 2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino, de aprendizagem e procedimentos a serem considerados no planejamento e avaliação pelos órgãos de ensino e pelas instituições de ensino superior ao que se refere ao curso de Pedagogia. As Diretrizes curriculares aplicam-se a formação inicial e continuada para docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Médio (modalidade normal), Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, ou em qualquer área que demande conhecimentos pedagógicos.

Em 2015 foi aprovada também pelo CNE a resolução de Nº2, de 25 julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (curso de licenciatura, curso de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Esta resolução trata de princípios, fundamentos, dinâmica formativa, procedimentos, planejamento, avaliação e

regulação de todos os cursos de licenciatura do Brasil. Contudo, não foram utilizadas as mesmas na análise deste trabalho.

A formação inicial e a formação continuada, em geral, são ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior - IES, atendendo as políticas públicas de educação através dos Projeto Pedagógico do Curso - PPC, Projeto Pedagógico Institucional - PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Estes mecanismos são responsáveis por assegurar que as instituições superiores de ensino cumpram, de forma adequada, o que é assegurado na política nacional de formação. O projeto de formação deve contemplar uma sólida formação, baseada em uma práxis-docente em consonância com o contexto educacional local.

No que tange a área de Política Educacional as Diretrizes para o curso de Pedagogia estabelecem que os Projetos Políticos Pedagógicos são essenciais para qualquer instituição de ensino, pois são eles que vão orientar todo o trabalho educativo. Foram sistematizados os PPPs utilizados na pesquisa, através de dados gerais, como título, e o ano de atualização, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1: PPP's dos cursos de Pedagogia das IES do NE quanto ao ano de atualização.

IES - siglas	Título do PPP	Ano do PPP ou da atualização
UFRN	Projeto Político Pedagógico e Curricular do Curso de Pedagogia Presencial	2017
UFPE	Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia	2017
UFPB	Projeto político-pedagógico	Outubro/2006
UFMA	Projeto pedagógico do curso de Pedagogia	2007
UFC	Projeto pedagógico	Outubro, de 2013
UFBA	Projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em pedagogia da faculdade de educação da UFBA	Outubro, 2012
UFAL	Projeto pedagógico do curso de pedagogia	2006
UFPI	Projeto político pedagógico do curso de pedagogia da UFPI	2009
UFS	Projeto pedagógico do curso de pedagogia	Abril, 2015

Fonte: Organização das Autoras com base no SIGAA das instituições.

Todas as Universidades apresentam PPPs específicos para os cursos de Pedagogia. Em algumas Universidades os Projetos Políticos Pedagógicos já foram atualizados após a determinação das Diretrizes Curriculares, tanto para as Licenciaturas, como para os cursos de Pedagogia, no entanto, a maioria ainda não está atualizado de acordo com todas as normas exigidas. Dentre as informações que tratam esses documentos, pode-se citar histórico, objetivos, fluxograma de disciplinas e mais algumas informações importantes para constituição dos perfis dos cursos.

A partir das informações coletadas e da análise dos PPPs foi possível identificar como está organizado, dentro dessas instituições, a Área de Política Educacional como campo específico de estudo e de grande importância para formação do egresso em Pedagogia. A partir desses dados foi possível também caracterizar epistemologicamente e metodologicamente o Componente Curricular Organização e Coordenação do Trabalho Educativo, elucidando questões importantes para compreensão do mesmo dentro do ensino de Política Educacional nos cursos de Pedagogia.

O componente de Organização e Coordenação do Trabalho Educativo

Os estudos sobre organização escolar não são de agora, mas sim há muito tempo vem sendo discutido no cenário educacional brasileiro. De acordo Libâneo (2001), esses estudos remontam aos anos 30, com o movimento dos pioneiros da educação, que tratavam essa área do conhecimento denominando de Administração Escolar ou Administração e Organização Escolar, fazendo uso de princípios e conceitos da área da Administração, marcados por uma concepção burocrática, funcionalista, aproximando assim a escola à uma impressa.

Já nos anos 80, uma época marcada por grandes discussões na área da educação no Brasil no que diz respeito a mudanças de paradigmas e reformulação dos currículos dos Cursos de Pedagogia e das Licenciaturas, esse componente passa a ser denominado de Organização do Trabalho Pedagógico ou Organização do Trabalho Escolar, adotando um enfoque mais crítico sobre a organização da escola. Segundo Libâneo (2012), nessa perspectiva:

A organização escolar não seria uma coisa totalmente objetiva e funcional, um elemento neutro a ser observado, mas uma construção social levada a efeito pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade próxima.

Além disso, não seria caracterizado pelo seu papel no mercado, mas pelo interesse público. (LIBÂNEO, 2012, p 1)

Libâneo (2012), aponta que de acordo com os estudos sobre organização e gestão escolar, é possível identificar e sistematizar três diferentes enfoques de modelos: o técnico científico (funcionalista), autogestionária, e a democrática participativa. O primeiro baseia-se na racionalização do trabalho, e a eficiência dos serviços escolares. Já no segundo modelo, autogestionária dá ênfase na responsabilidade coletiva excluindo assim uma direção centralizada e acentuando a participação direta.

Por fim, o terceiro enfoque, e o mais comum dentro das escolas, seria a concepção democrática participativa que se baseia em uma relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Libâneo (2012), caracteriza esse enfoque da seguinte forma:

Definição explícita de objetos sócio-políticos e pedagógicos da escola, pela equipe pedagógica; Articulação entre a atividade de direção e a iniciativa e participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela; A gestão é participativa, mas espera-se, também, a gestão da participação; Qualificação e competência profissional; Busca de objetividade no trato das questões da organização e gestão, mediante coleta de informações; Acompanhamento e avaliação sistemáticos com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação dos rumos e ações, tomada de decisões; Todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados. (LIBÂNEO, 2012, p 3)

Portanto é importante frisar a importância de se refletir sobre a função da escola, e consequentemente como ela se organiza, no sentido de que essa finalidade é possibilitar os alunos adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades para a vida em sociedade. De acordo Pimenta (1993), essa é uma tarefa ampla e complexa que requer que as escolas se organizem e se equipem para isso, afim de conceber uma nova forma de organização, a partir dos modelos já existentes.

Outro fator importante destacado pela autora é que as escolas não são homogêneas, portanto não são iguais, dessa maneira não se trata de encontrar uma única forma de organizar o trabalho nelas. Pimenta (1993) afirma:

Isto não dá conta dos novos problemas atuais. A história da Pedagogia já o demonstrou. No entanto, a história recente também nos mostra que é possível definirem-se alguns princípios norteadores para essa organização nova, sobre

os quais já há certo consenso entre os educadores estudiosos do tema. (PIMENTA, 1993, p 79)

A partir do estudo e análise das Universidades estudadas, foi possível constituir um perfil de como o Componente Curricular que trata sobre a organização escolar se apresenta dentro do fluxograma dos cursos de Pedagogia. Essa sistematização levou em consideração a nomenclatura das disciplinas, carga horária e ementa, como demonstrado no Quadro 02:

Quadro 02: Componente Curricular de Organização e Coordenação do Trabalho Educativo.

Componente	IES	Nomenclatura	Carga Horária	Ementa
ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO	UFS	Organização do Trabalho Pedagógico	60hrs	Natureza e especificidade do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares. Relações entre o trabalho pedagógico-educacional e o trabalho em geral. Alterações na organização social e seus reflexos na organização do trabalho pedagógico da escola. A escola como cultura organizacional. Concepções e organização do projeto político-pedagógico da escola.
	UFPE	Coordenação Pedagógica e Trabalho Docente	60hrs	Aborda a coordenação pedagógica como um processo de construção coletiva dos saberes e da identidade docente na perspectiva do desenvolvimento profissional permanente. Estuda os princípios, objetivos e processos da coordenação pedagógica na perspectiva de uma ação transformadora na escola brasileira. Enfatizam-se novas abordagens para a Coordenação / Supervisão Pedagógica em conexão com o papel e as funções da e na escola. Estimulação e organização de mudanças necessárias. Agregação e articulação de esforços individuais em torno de propostas comuns.
	UFAL	Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	80hrs	Estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo.
	UFPB	Organização do Trabalho Pedagógico	60hrs	Discutir a organização do trabalho na escola frente à realidade educacional brasileira; Situar a formação e a atuação do pedagogo, em face da organização do trabalho pedagógico escolar, buscando identificar seu

				papel e contribuições; Desenvolver uma reflexão coletiva acerca dos limites e possibilidades de atuação do pedagogo na organização do trabalho da escola.
	UFPI	Organização e Coordenação do Trabalho Educativo	60hrs	Organização do Trabalho Pedagógico; Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares; Pedagogia em Ambientes Não-Escolares; Política, planejamento e avaliação da educação; Projeto Político Pedagógico.

Fonte: Organização das Autoras com base nos PPPs das instituições.

Como apresentado no Quadro 02, em apenas 5 das 9 instituições pesquisadas é ofertado o componente de Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. Quanto a nomenclatura, esse componente aparece quase que de forma homogênea, apresentado carga horária semelhante, assim como, nomenclatura. A única exceção é a Universidade Federal de Alagoas que traz uma nomenclatura um pouco diferente, e uma carga horária superior das demais instituições. Observa-se também a abrangência de diversos conteúdo da área de política educacional pelas disciplinas desse componente, que são essenciais na formação de profissionais da educação. Dessa forma, frisa-se a importância dessas disciplinas, bem como a dificuldade de se delimitar um campo de estudo comum ao componente dentro do currículo dos Cursos de Pedagogia.

Após estudo a análise dos planos do componente em análise, foi possível realizar uma sistematização mais apurada dos aspectos epistemológicos sobre o ensino de organização escolar, a partir das bibliografias utilizadas em cada Universidade. Após a contagem de todas as bibliografias coletadas, foram identificados os autores e obras que mais se repetem, como mostra no Quadro 3:

Quadro 03: Bibliografias mais utilizadas no Componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo.

Referência Bibliografia	Veze que se repete
VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível . Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.	11
TARDIF, M. O trabalho docente : elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. R.J.: Vozes, 2005.	3
VEIGA, I.P.A. Escola : espaço do projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998.	3
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . R.J.: Vozes, 2002.	2
VEIGA, I.P. A. As dimensões do projeto político-pedagógico . São Paulo: Papirus,	2

2001.	
LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática . 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.	2

Fonte: Organização das Autoras com base nos planos das disciplinas do componente.

Foi possível identificar que a obra de Veiga (1998) “Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível”, é a referência que aparece com mais frequência no componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. As obras de Tardif (2005) “O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas” e Veiga (1998) “Escola: espaço do projeto político-pedagógico” estão logo em seguida com 3 repetições no componente cada uma. Por fim, as obras de Tardif (2002) “Saberes docentes e formação profissional”; Veiga (2001) “As dimensões do projeto político-pedagógico” e Libâneo (2001) “Organização e Gestão da Escola: teoria e prática” são as que também se repetem no componente dentre as instituições pesquisadas, aparecendo 2 vezes cada uma.

Considerações Finais

Tendo como base as questões norteadoras desta pesquisa pode-se concluir que o ensino de Política Educacional vem se constituindo nos cursos de Pedagogia, em especial nas Universidades Federais, de maneira que ainda há obstáculos que precisam ser vencidos. A grande variedade de cursos, bem como de diferentes disciplinas, faz com que haja dificuldade em sistematizar de forma homogênea a área.

A partir da análise dos projetos político pedagógicos, os planos de disciplina do componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo e relacionando com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores, é possível inferir que a inserção das disciplinas relacionadas a política educacional, na formação de educadores segue as determinações legais exigidas.

Contudo, os estudos acerca da organização escolar precisam ser aprofundados, uma vez que ainda se encontra dificuldades dentro da escola de se organizar um trabalho pedagógico e educativo de maneira eficaz e coletiva. Alguns entraves como a formação dentro dos cursos de Pedagogia podem ser apontados como fatores nesse processo.

Diante do que foi discutido, levanta-se o questionamento quanto a que ponto o ensino da área de política educacional dentro dos cursos de Pedagogia tem exercido um papel formativo comprometido com preparação de sujeitos ativos e críticos, e não somente reproduzindo o que já vem sendo discutindo ao longo da constituição desse campo de estudo. Considera-se pertinente esses e outros questionamento para a contribuição do desenvolvimento da área, assim como, fortalecimento da mesma no cenário acadêmico.

Referências

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. Â. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, dez. 2001.

BRASIL. Universidade Federal da Bahia. **Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da UFBA**. Salvador: UFBA, 2015. 82f. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo_do_curso_de_licenciatura_em_pedagogia.pdf>. Acesso em: 14 jan. 18.

BRASIL. Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia**. João Pessoa: UFPB, 2006. 42f. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep64_2006.htm>. Acesso em: 14 jan. 18.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia**. Maceió: UFAL, 2006. 81f. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campusmaceio/ppc-pedagogia-licenciatura.pdf/view>>. Acesso em: 14 jan. 18.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. **Relatório Perfil Curricular do Curso de Pedagogia**. 03 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proacad/images/cursos_ufpe/pedagogia_caa_perfil_pdg_001.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. Universidade Federal de Sergipe. **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia**. Aracaju: UFSE, 2015. 43f. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/grupos/formac/diretrizes/ufs.htm>>. Acesso em: 14 jan. 18.

BRASIL. Universidade Federal do Ceará. **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia**. Fortaleza: UFCE, 2013. 156f. Disponível em:

<http://http://www.faced.ufc.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=5&id=14&Itemid=34>. Acesso em: 14 jan. 18.

BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia**. São Luís: UFMA, 2007. 95f. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Oc0sXZD9CxtFrI9.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 18.

BRASIL. Universidade Federal do Piauí. **Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da UFPI**. Teresina: UFPI, 2006. 119f. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/pedagogia_cmpp.pdf>. Acesso em: 14 jan. 18.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande Norte. **Projeto Político Pedagógico**. Natal: UFRN, 2006. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2010010158cd374476597310c01ed9d5/PPP_Pedagogia.pdf>. Acesso em: 14 jan. 18.

CALADO, S. dos S.; FERREIRA, SILVIA, C. dos R. Análise de documentos: Método de recolha e análise de dados. Metodologia da investigação I. **DEFCUL**, 2004/2005.

CECHINEL, A. FONTANA, S. A. P. GIUSTINA K. D. PEREIRA, A. S. PRADO S. S. do. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e Metodológica. **UNESC**, Criciúma, v. 5, nº1, jan/jun 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **“O sistema de organização e gestão da escola”** In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola. **Revista Série Ideias** no. 16. São Paulo: FDE, 1993. PP. 78-83

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, nov. 2001.

SÁ-SILVA, J. R. ALMEIDA, C. D. de. GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I – jul. 2009.

STREMEL, S. Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional: levantamento bibliográfico. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 553-572, jul./dez. 2014